

AS LUTAS ESTUDANTIS E AS PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADO

Layla Maria de Aguiar¹
Veralúcia Pinheiro²

¹Aluna do Curso de História, PIBIC/CNPQ, Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

²Docente do curso de História, Universidade Estadual de Goiás Anápolis/GO

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nesta pesquisa é aprofundar os estudos sobre a história do movimento estudantil no Brasil e no Estado de Goiás, buscando compreender a mobilização dos estudantes secundaristas em defesa da Escola pública, contra a transferência da administração das escolas às Organizações Sociais.

Dentre as leituras realizadas, destacamos a contribuição do artigo do sociólogo Nildo Viana, intitulado “Os objetivos dos movimentos sociais”, publicado em 2016. Embora o tema deste artigo não seja especificamente sobre o movimento estudantil do ponto de vista teórico ele nos ajuda a compreender os movimentos sociais em geral, e o próprio movimento estudantil. Nele, o autor argumenta que as obras sobre movimentos sociais não têm dado a devida importância à questão dos objetivos que os impulsionam. Pois, para ocorrer qualquer movimento, qualquer ação dos indivíduos e grupos é preciso antes de tudo que haja objetivo ou objetivos. Nesse sentido, identificamos a transferência da administração das escolas públicas para as Organizações Sociais – Oss, como o principal objetivo da resistência dos estudantes, ação desenvolvida em 2016, no movimento que ficou conhecido por “Ocupação das Escolas”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão de Viana (2016a), nos mostra a lacuna teórica que caracteriza o fenômeno dos movimentos sociais. Para o autor, de forma hegemônica os estudiosos que teorizaram sobre esse tema, apresentam o objetivo como algo dado e sem necessidade de problematização. Muitas vezes, tais teóricos afirmam abstratamente que o objetivo dos movimentos sociais é a mudança social. Mas, a ideia de mudança social é similar a de

transformação social, o que significa que os movimentos sociais seriam todos revolucionários. Evidentemente que isso não é real.

Em outra obra, intitulada *O movimento estudantil em foco*, Viana (2016b) esclarece a noção de movimento social, diferenciando-a da ação de protestos e manifestações, esclarecendo que essas ações surgem após a formação do movimento de cada grupo social; juntamente com organizações e doutrinas. Viana explica o movimento estudantil como o movimento de um grupo situacional, ou seja, é um grupo que existe em função da condição de estudante dos indivíduos. Além disso, Viana discute a burocratização do movimento estudantil que ao se envolver em partidos e distribuição de chapas eleitorais torna o movimento mais burocrático, porém uma burocracia incompleta que Viana classifica como informal.

A burocratização provoca rejeição de um contingente significativo dos estudantes, os quais, segundo Viana adotam ações alternativas, de forma autônoma, ou seja, lutas diretas. Além disso, o movimento estudantil é marcado pela dualidade de reivindicações levantadas pelos estudantes e que podemos classificar como gerais e específicas. Tal dualidade leva a um entrelaçamento reivindicativo, isso porque ela permite que os interesses do movimento estudantil se misturem com os interesses de outros movimentos. Nesse sentido, é emblemático o exemplo desse entrelaçamento, apresentado por Viana (2016b). Trata-se do movimento passe livre (MPL). Este movimento constituiu-se em uma ramificação do movimento do transporte coletivo e se tornou um pilar de interligação entre as classes e os movimentos populares, cujo ápice foram as manifestações de 2013 contra o aumento da tarifa do transporte.

METODOLOGIA

Para investigar nosso objeto de estudo estamos desenvolvendo estudos de textos cujos autores elegeram como objeto de estudo o fenômeno das lutas estudantis, ou seja, o processo de resistência dos estudantes frente ao poder instituído. Além das obras, selecionamos documentos (Leis, Pareceres, Decretos) relacionados com nosso objeto de estudo. Por meio da pesquisa bibliográfica buscamos apreender teorias que analisam os movimentos sociais em geral e o movimento estudantil em específico, cuja história, no Brasil é marcada por repressões, autoritarismos e violências e, também pela dualidade das reivindicações no interior do próprio movimento de estudantes. Tudo isso com o propósito de refletir sobre as

lutas desencadeadas pelos estudantes de Anápolis, em resistência ao projeto do governo de Goiás de transferir a administração das escolas públicas para grupos privados.

A pesquisa documental, representada principalmente, nos Decretos e Leis instituídos com o objetivo de garantir legalidade as Organizações Sociais, a lei de criação das OS no Estado de Goiás. Ao mesmo tempo, procedemos a leitura de autores que refletiram sobre a reforma do Estado no Brasil dos anos 1990, buscando apreender as contradições entre esta (contra) reforma da política educacional e a necessidade de democratização da escola pública.

Desse modo, a exposição dos resultados desta pesquisa, ou seja, as análises sobre o movimento de resistência dos estudantes de Anápolis ao projeto de transferência da gestão das escolas públicas para grupos privados, vem sendo desenvolvida a partir dos estudos sobre os movimentos sociais e movimento estudantil, bem como sobre a (contra) reforma do estado na década de 1990.

A reflexão sobre as lutas de resistência dos estudantes de Anápolis contra o projeto governamental de transferência de gestão das escolas públicas para os grupos privados, não prescinde da contribuição de autores que se debruçaram no esforço de compreender as entranhas do movimento estudantil no Brasil. Desse modo, Covem (2016) contribui com nossa pesquisa em seu artigo “A novas fases do movimento estudantil no Brasil: do enfrentamento à gestão autônoma”. Nele, a autora faz uma breve explicação da formação dos movimentos sociais e neste contexto aponta a grande importância do movimento estudantil, inclusive na luta contra a ditadura militar brasileira. Sua análise apresenta as diversas fases deste movimento, ao mesmo tempo em que classifica o período de 1964 a 1968, como a fase do movimento de rua, o de 1969 a 1974 como um recuo estratégico e de 1974 a 1979 como uma retomada da legalidade. A autora busca também analisar o papel dos estudantes e as dificuldades enfrentadas nesse processo, no passado e no presente. Em relação às lutas contemporâneas ela chama atenção para o Movimento Passe Livre (MPL) em 2013, ressaltando a importância dos movimentos estudantis no processo de formação da consciência.

É importante refletirmos que toda a repressão contra o movimento estudantil, tanto em suas lutas pelo transporte coletivo quanto nas lutas de resistência contra a transferência das escolas para as Organizações Sociais, tem por objetivo beneficiar o setor privado, ou melhor, o capital. No transporte coletivo, a forma do Estado privilegiar os empresários ocorre por meio da autorização para aumentar o preço das passagens e ao mesmo tempo pela liberdade que lhes é concedida para manter a precariedade dos ônibus. Em relação às escolas, o método

escolhido pressupõe a transferência da administração das escolas públicas para grupos que sequer possuem qualquer experiência no campo da educação escolar.

Porém, a Justiça do Estado de Goiás até agora impediu a realização do processo de escolha das Organizações Sociais, habilitadas pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUCE), para administrar as escolas públicas. A ação da justiça reflete as lutas desencadeadas pelos estudantes que ocuparam as escolas públicas de Anápolis. Mas, essa história não terminou, o governo não desistiu e tampouco os estudantes estão conformados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as velhas teses neoliberais que haviam sido durante algum tempo deixadas de lado após a privatização das empresas estatais na década de 1990 são retomadas nesta segunda década do século XXI, elas constituem um processo amplamente analisado por Cunha (2014) que diz respeito à questão da dualidade setorial pública/privada na educação, situação que se repete ao longo da história brasileira e que se intensificou nos anos de ditadura militar, mas, não foi abandonada pelos governos civis que sucederam a ditadura, processo esse, analisado pelo autor, como simbiose Estado-capital.

Em Goiás, a expressão desse processo é a proposta de reforma da educação, lançada pelo governo em setembro de 2011, por meio do documento “Diretrizes do pacto pela educação: reforma educacional goiana”. Publicitariamente tal proposta foi divulgada com o título, Pacto pela educação: um futuro melhor exige mudanças, o documento em pauta apresenta propostas de ações que visam a uma (contra) reforma do Estado no âmbito da educação, orientada pelos postulados neoliberais, no Consenso de Washington e nas formulações do ex-ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira, no governo F. H. Cardoso. Embora, naqueles tempos, tais formulações não foram integralmente institucionalizadas, no momento atual elas estão sendo resgatadas por novos quadros políticos conservadores. Inicialmente essa tarefa coube ao então Secretário de Estado de Educação e Cultura, Thiago Mello da Silveira.

Dentre os 05 pilares estratégicos do “Pacto”, o de nº 05 é emblemático: “Realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino”. Não é preciso estabelecer nenhum pacto para reformar a infraestrutura das escolas, essa é uma necessidade constante de qualquer administração. Todavia em relação à reforma na gestão, a redação do pacto anuncia mudanças que inferimos possuir estreita relação com a gestão das escolas por grupos privados. Tais mudanças apresentam como novidade a teoria da meritocracia, da

responsabilização e do gerencialismo. Nessa perspectiva, a valorização dos salários dos professores se daria por meio de bônus, a partir de testes de aprendizagem dos alunos. Enfim, trata-se de uma racionalidade técnica que supostamente seria capaz de gerenciar o trabalho dos professores adotando os mesmos critérios utilizados na produção de mercadorias, no interior das fábricas.

Todavia, a experiência deste foco na gestão e na busca por resultados em provas e testes têm apontado para o risco a padronização da educação, com conseqüente perda da pluralidade e da qualidade. O gerenciamento da atividade docente e da prática pedagógica, neste sentido, leva a taylorização do ensino, tornando a escola semelhante a uma unidade fabril do século XIX, o corpo docente transformado em operários fragmentados em sua ação cotidiana, as Organizações Sociais elevadas a condição de novos gerentes da produção em série e os estudantes perdem a condição de sujeito e se transformam em mero objeto/produto.

A racionalidade instrumental da anacrônica escola taylorizada, pressupõe ainda um rígido controle de comportamentos visando a responsabilização dos sujeitos, amparados por mecanismos de premiação e punição. A tal sistema dá-se o equivocado nome de “meritocracia”, na realidade um conjunto de constrangimentos e coerção tendo a clara intenção de cooptar ou punir o Professor. A experiência desse modelo são os colégios militares.

REFERENCIAS

COVEM, Eliani. “A nova fase do movimento estudantil no Brasil: do enfrentamento à gestão autônoma”. In: VIANA, Nildo (Org). *O movimento Estudantil em Foco*. Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

CUNHA, Luiz Antônio. “O legado da ditadura para a educação brasileira”. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 24.11.2016.

KARL, Marx. *O capital. V. 1*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

VIANA, Nildo. “Os objetivos dos Movimentos Sociais”. *Revista Movimentos sociais*. Vol. 01, num. 01, jul/dez.2016, pp. 42-87.

VIANA, Nildo (Org). *O movimento Estudantil em Foco*. Goiânia: Edições Redelp, 2016b.